



Correspondência às Autoras

Darllen Almeida da Silva
E-mail: rochadarllen@hotmail.com
Universidade Federal do Amapá
CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/2338596243784752>

Norma Iracema de Barros Ferreira
E-mail: normairacema@unifap.br
Universidade Federal do Amapá
CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/4565640771905632>

Submetido: 28 jan. 2020

Aceito: 10 out. 2022

Publicado: 26 jan. 2023

10.20396/riesup.v10i00.8657974

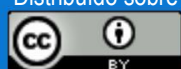
e-location: e024034

ISSN 2446-9424

Checkagem Antiplágio



Distribuído sobre



Hegemonia global estadunidense e os acordos MEC/USAID (1965-1968)

Darllen Almeida da Silva <https://orcid.org/0000-0002-4877-2611>

Norma Iracema de Barros Ferreira <https://orcid.org/0000-0003-2534-0864>

RESUMO

Introdução: O presente artigo se insere no *tema* hegemonia norte-americana na História da Educação brasileira e tem como *objeto* de estudo o intercâmbio entre Brasil, por meio do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), e Estados Unidos da América (EUA), representado pela *United States Agency for International Development (USAID)* – os acordos MEC/USAID, no período da ditadura militar. O *problema* de pesquisa indaga acerca da forma pela qual os Acordos MEC/USAID serviram para instrumentalizar a hegemonia estadunidense sobre o Brasil no campo educacional. **Objetivo:** O *objetivo* incide em compreender a constituição da hegemonia estadunidense perante o Brasil, no contexto dos Acordos MEC/USAID (1965-1968). **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e que se baseia na Análise Crítica do Discurso, na vertente de Fairclough (2001). **Resultados/Conclusão:** Como resultados do estudo, verificou-se que o interesse norte-americano pelos rumos da Educação Superior no Brasil, no período militar, foi além do discurso de modernização, pois ao incentivar uma reorganização das universidades, impunha um aparelhamento ideológico escolar, sobrepujando sua hegemonia como potência capitalista.

PALAVRAS-CHAVE

Acordos MEC/USAID. Hegemonia. Educação Superior. Discurso de modernização.

Global north American hegemony and the MEC/USAID agreements (1965-1968)

ABSTRACT

Introduction: This article takes part on the north american hegemony of the Brazilian Education History and the object of the study is the exchange between Brazil, through the Ministry of Education and Culture (MEC), and United States of America (USA), represented by the United States Agency for (USAID) - the famous MEC/USAID agreements, established in the period of the military dictatorship, from 1965 to 1968. The research problem asks how MEC/USAID agreements could be instruments to the US hegemony over Brazil in the educational field. **Objective:** The objective is to understand the constitution of the US hegemony over Brazil, in the context of the MEC/USAID Agreements (1965-1968). **Methodology:** It is a bibliographical research, with a qualitative approach and it tries to stablish some discussions, based on the Critical Discourse Analysis of Fairclough (2001). **Results/Conclusion:** As a result of the study, it was verified that the US interest on the path of Higher Education in Brazil in the military regime, went beyond the discourse of modernization, because by encouraging a reorganization of universities, the US imposed from the ideological school apparatus, its hegemony as a great capitalist country.

KEYWORDS

MEC/USAID agreements. Hegemony. Higher Education. Discourse of modernization.

Hegemonía global de estaduniden y los acuerdos MEC/USAID (1965-1968)

RESUMEN

Introducción: El presente artículo se inserta en el tema de la hegemonía norteamericana de la historia de la Educación brasileña y tiene como objetivo de estudio el intercambio entre Brasil, por medio del Ministério de la Educación y Cultura (MEC), y Estados Unidos de América (EUA), representado por United States Agency for International Development (USAID)- los más conocidos acuerdos MEC\USAID, establecidos en la dictadura militar, entre los años de 1965 a los 1968. El problema de la encuesta se pregunta de que manera los acuerdos MEC\USAID sirvieron para instrumentalizar la hegemonía estadounidense sobre Brasil en el campo educacional. **Objetivo:** El objetivo busca en comprender la constitución de la hegemonía estadounidense sobre Brasil, en este contexto de acuerdos Mec\USAID (1965-1968). Se trata de una encuesta bibliográfica, de abordage cualitativo y que busca trazar las discusiones, partiendo del análisis crítico del discurso, de acuerdo con Fairclough (2001). **Resultados/Conclusión:** Como resultados de estudio, se verificó que el interés norte americano por los caminos de la educación superior em brasil en el período militar, fue además del discurso de modernización, pues al incentivar una reorganización de las universidades, se ponía a partir del aparato ideológico escolar, su hegemonía como fuerza capitalista.

PALABRAS CLAVE

Acuerdos (MEC/USAID). Hegemonía. Educación Superior. Discurso de modernización.

CRedit

- ☐ **Reconhecimentos:** Não aplicável.
- ☐ **Financiamento:** Não aplicável.
- ☐ **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- ☐ **Aprovação ética:** Não aplicável.
- ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- ☐ **Contribuições dos autores:** Redação - rascunho original: SILVA, D.A.; Redação - revisão & edição: FERREIRA, N. I. de B.

Editores de Seção: Rodrigo Pivetta Werlang, Maria de Lourdes Pinto de Almeida.

1 Introdução

Discutir como a hegemonia estadunidense se instrumentalizou no Brasil, no período de 1965 a 1968, faz retomar os processos de colonização de ambos os países. Parte-se do argumento de que esses processos influenciaram na construção das identidades de ambos os países, refletindo, então, na relação hegemônica existente entre eles. Não é interesse deste trabalho discutir a categoria identidade e nem propor um estudo de história comparada, mas de suscitar discussões acerca dos discursos embutidos na História e na formação dos povos de Brasil e Estados Unidos da América/EUA, e que podem instrumentalizar a hegemonia estadunidense sobre países emergentes.

É preciso considerar que o discurso, tal como exposto neste texto, remete ao entendimento de Fairclough (2001, p. 90-91) em sua Teoria Social do Discurso, ao usar o termo, como “prática social, e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais.” O linguista britânico reúne a Análise de Discurso orientada linguisticamente, com o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, na perspectiva do “estudo da mudança social.” Assim é que toda a análise sobre o discurso tem característica crítica e de produção intencional, o que neste íterim é apropriado para as análises a seguir.

Ressalta-se que existe um discurso quase uníssono de que estaríamos diante de dois distintos processos de colonização, sendo o dos EUA, de povoamento e do Brasil, de exploração. Durante muitos anos existiu a premissa que sustentou o discurso de que o processo de colonização dos Estados Unidos possibilitou-lhes que se tornassem a potência que hoje são, enquanto o do Brasil só teria contribuído para deixá-lo à margem do modelo de produção capitalista. Contudo, segundo Karnal (2017, p.17, grifo nosso):

Só podemos falar em **projeto colonial nas áreas portuguesa e espanhola**. Só nelas houve a preocupação constante e sistemática quanto às questões da América. [...] Decorridos cem anos da colonização, caso comparássemos a [da Península Ibérica à da Inglaterra] constataríamos que a ibérica tornou-se muito mais urbana e possuía mais comércio, maior população e produções culturais artísticas mais ‘desenvolvidas’ que a inglesa. Nesse fato vai residir maior facilidade dos colonos norte-americanos em proclamarem sua independência. [...]. **Por ter sido fraca, a colonização inglesa deu origem à primeira independência vitoriosa da América.**

Nos termos de Karnal (2017), a explicação simplista para os diferentes caminhos que seguiram as colônias ibérica e inglesa, não apresenta fatos sobre o porquê de os Estados Unidos terem-se tornado uma potência capitalista. No entanto, as colonizações da América Ibérica e da Inglesa, levam a compreender que em alguns pontos foram convergentes, senão vejamos os argumentos a seguir:

A chegada de Colombo à nova terra e o nome dado por ele aos nativos, inaugurou a relação entre índios e europeus, a qual é determinante para a análise aqui proposta. Tal relação propiciou, então, o reconhecimento do Outro, termo utilizado por Burke (2004, p.153), ao propor uma discussão sobre a criação de estereótipos. O autor explica que a

escolha pelo vocábulo “Outro –” maiúsculo e no singular – seria mais clara caso fosse relacionado a “pessoas diferentes de nós, no plural, em vez de transformá-las no Outro não diferenciado [...]”. Isso remete à compreensão de que o encontro entre o indígena e o homem branco resultou em um embate de culturas, a partir do qual duas possibilidades de reação surgiram: a assimilação da cultura do desconhecido como reflexo de sua própria cultura; e a construção, consciente ou não, de uma cultura oposta que viesse a representar esse Outro.

Nesse viés, quando o homem branco, europeu, “civilizado,” viu diante de si não somente terras gigantescas de natureza exuberante, mas sobretudo, um povo totalmente oposto à concepção de homem que possuía, o choque cultural foi inevitável, bem como a criação de estereótipos. Assim, tanto em terras norte-americanas, quanto nas “terras tupiniquins,” brancos e índios se viram frente a frente, em um reconhecimento ora pacífico, outrora, não.

Dessa forma, na trajetória histórica colonial dos dois países, há de se considerar que o ideário de homem, sociedade e cultura foi determinante para a formação não apenas dos países, mas principalmente da identidade nacional deles. Para Hoonaert (1992, p.56) essa construção ideológica foi pautada, principalmente, pelo aspecto religioso, sendo que no Brasil “a ação missionária foi insistentemente solicitada pelo próprio Governo Português,” pois a aliança entre o Estado Português e a Igreja Católica mostrava-se vantajosa e, segundo o autor, havia “de um lado um discurso discriminatório acerca de concorrentes colonialistas de outras nações europeias [...]. Do outro lado, essa política [permitiu] dismantelar as organizações indígenas que pudessem subsistir sob as lideranças de seus próprios chefes indígenas.”

Sobre a análise de Hoonaert (1992), Rezende (2006, p. 90) destaca a importância das missões religiosas na Amazônia para a ocupação de terras e o domínio português, já que fixaram “marcos de penetração ao longo da extensa rede fluvial amazônica e foram utilizadas [...] para a realização de uma política expansionista, seja na aculturação dos gentios americanos, seja na implantação de um modelo cristão e católico a serviço do Estado português.”

É possível afirmar, portanto, que o aspecto ideológico propagado pela religião constituiu uma importante ferramenta para o domínio português, com fins expansionistas. Pode-se destacar a convergência com o processo histórico de expansão territorial dos Estados Unidos, que assim como no Brasil, provocou o genocídio de milhares de indígenas, baseado em argumentos de ordem teológica, já que:

os peregrinos haviam se identificado com o povo eleito que Deus conduzia a uma terra prometida. [Assim], tal como Deus dera força a Josué (na Bíblia) para expulsar os habitantes da terra prometida, eles acreditavam no seu direito de expulsar os que habitavam a sua Canaã. John Cotton, pastor puritano, fez vários sermões nos quais destacou a semelhança entre a nação inglesa e a luta pela terra prometida descrita no antigo testamento. (KARNAL *et al.* 2007, p. 51).

Nesse diapasão, os indígenas americanos, tais como os da Amazônia, foram mortos, ou escravizados em nome de interesses imperialistas, encobertos em uma falsa ideologia de

predestinação. Os americanos, por meio de seu *Destino Manifesto*,¹ e os portugueses, sob a máxima de que “o reino de Deus se identifica com o de Portugal.” (HOONAERT, 1992, p. 58). Por seu turno, Costa (2011, p. 2.272) percebe que se tratava de uma “nobre” missão a anexação de territórios, para “aplicar um processo civilizatório, fazendo com que os povos destes territórios anexados se submetessem ao seu governo e ao seu modo de vida.” No caso brasileiro, a Igreja tomava para si a preocupação com aquelas almas desgarradas – os índios, no sentido de levar-lhes o conhecimento de Deus e da civilização. Nos dois processos de colonização, o que se viu foi a necessidade de, por interesses exploratórios, impor a cultura do colonizador sobre o colonizado, para, então, subtrair as riquezas daquele Novo Mundo.

Por conseguinte, na análise do processo de colonização do Brasil e dos EUA, convém recorrer à premissa de Hall (2006, p.50) de que “uma nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos, um sistema de representação cultural.” Por isto, pode-se afirmar que ambos os países constituíram uma nova cultura nacional.² Assim, quer essa nova cultura tenha-se concretizado sob os auspícios da violência, quer do convencimento, forma-se uma cultura híbrida, marcada pelos diferentes traços dos povos que a constituíram. Neste caso, aflora o sentimento de identidade nacional, alicerçado no Destino Manifesto, impondo a cultura e o modo de pensar americano, desde a anexação de seus territórios e, por que não dizer que, ainda hoje se espalha por todo o Globo?

O contexto histórico de Brasil e EUA ora traçado indica que não se pode analisar a hegemonia de um país sobre o outro sem considerar a questão identitária, ainda que não faça parte dos objetivos deste texto. Para direcionar as discussões propostas, o artigo subdivide-se em duas seções: a primeira, intitulada *Brasil/EUA: o alvorecer de uma relação hegemônica*, traz apontamentos sobre os primórdios da relação entre os dois países em um contexto hegemônico e a segunda, chamada *Os acordos MEC/USAID e as reformas na Educação Superior (1965-1968): construção de discursos hegemônicos de modernização*, aborda em recorte temporal anunciado, o caráter de reforma e modernização que os acordos MEC/USAID assumiram como meta, fortalecendo ainda mais a hegemonia estadunidense na educação brasileira.

2 Brasil/EUA: o alvorecer de uma relação hegemônica

Diante do exposto sobre os processos de colonização de Brasil e EUA, é possível concluir que a hegemonia estadunidense não pode, nem de longe, ser justificada pela origem dessas duas nações. É preciso compreender o conceito de hegemonia materializado por aquele país. Neste estudo isso se faz indispensável, pois se parte do pressuposto de que os Acordos MEC/USAID alicerçaram uma concepção hegemônica de educação nos moldes americanos, a qual deixou profundas marcas na organização da Educação Superior no Brasil.

¹ O *Destino Manifesto* se refere à concepção impregnada no período da conquista de novos territórios nos EUA, a qual se desenvolveu a partir da ideia de que “seria uma missão espalhar a concepção de sociedade norte-americana para as regiões vistas como carentes e necessitadas de ajuda.” (KARNAL *et al.*, 2007, p. 107).

² Para Hall (2006, p.50) a cultura nacional é “um discurso – um modo de construir sentidos.” Então, o discurso de cultura nacional constrói identidades, que “são colocadas de modo ambíguo entre o passado e o futuro.”

Com base nas considerações sobre como os Estados Unidos desenvolveram um profundo sentimento de supremacia, de cultura nacional superior, convém remeter ao conceito de hegemonia, de Antônio Gramsci (2001), no sentido de verificar como se estabeleceu a relação hegemônica dos EUA com o Brasil. Este, filósofo italiano, nascido na Sardenha, que passou os últimos dez anos de sua vida na prisão, sob a égide do fascismo – regime totalitarista de governo instituído por Benito Mussolini, após a Primeira Guerra Mundial –, analisou profundamente os problemas de sua época, tornando-se “um estudioso das obras de Marx e Engels, deu ao mundo uma interpretação original das transformações ocorridas nas sociedades capitalistas avançadas, a partir da segunda metade do século dezenove.” (SOUZA, 2013, p. 7). No penitenciária, o pensador sardo escreveu os chamados *Cadernos do Cárcere* e *Cartas do Cárcere*, que foram publicadas após a sua prematura morte, aos 46 anos.

A hegemonia, para Gramsci, trata-se de uma dominação consentida de uma classe social sobre outra, ou mesmo de uma nação sobre outra, o que representa que o domínio ocorre pela naturalização e legitimação de determinadas estruturas de poder e autoridade. Semelhante definição foi popularizada pela “fórmula” consenso + coerção, a qual sugere uma noção ampliada de Estado, ou seja, uma espécie de Estado que se mantém soberano não somente pela força, mas principalmente pelo consenso. Vale ressaltar que embora fosse marxista, Gramsci divergia de Karl Marx sobre a concepção de que o Estado governa preponderantemente pela força. É importante compreender que:

O Estado é para Gramsci um dos elementos constitutivos dessa realidade modificada e cambiante, e em sua lógica de funcionamento vai refletir as mudanças da estrutura e superestrutura social. Mas o Estado foi originalmente visto por Marx, Engels e Lenin sobretudo como uma estrutura coercitiva de classe, que se projetava sobre a sociedade para submetê-la por intermédio da sociedade política, isto é, mediante os aparelhos e atividades do Estado que têm como finalidade submeter as massas à classe dominante, à sua ideologia, à sua ética, política, economia e modo de produção. E eles não se equivocaram ao identificar o Estado dessa forma, uma vez que até então os Estados realmente comportavam tais estruturas repressoras, que primavam pela força em suas ações legais-institucionais. (MARTINS, 2005, p. 126).

As concepções diferentes de Estado podem ser relacionadas ao fato de que Gramsci e Marx viveram em contextos históricos diferentes, o que influenciou sobremaneira na sedimentação de suas abordagens. Contudo, registram-se as suas contribuições para o entendimento do poder do Estado na conformação das massas populares. Considera-se aqui o Estado tal como em Gramsci, ou seja, não essencialmente repressivo, ou puramente ideológico, já que atua coercitivamente, sim, mas precisa do consenso tanto quanto da força.

Perante estas diferentes concepções de Estado é que são propostas diferentes “estratégias de guerra” para a transformação social. Por um lado, os marxistas-leninistas defendiam a “guerra de movimento” – uma estratégia proletária de “assalto direto ao poder, que tem na força o seu elemento primordial para a tomada do poder.” (MARTINS, 2005, p. 126-129). Por outro, Gramsci concluiu que a “guerra de movimento” não seria por si só

suficiente, era preciso avançar para uma “guerra de posição,” pois uma verdadeira revolução do proletariado só ocorreria pelo consenso.

De acordo com a teoria gramsciana, há nas sociedades ocidentais uma luta ideológica pelo consenso, sendo que o filósofo verifica em suas análises que o capitalismo moderno também concluiu que a hegemonia de seu modo de produção deveria basear-se na junção de força e consenso. Por isso, ao capitalismo interessa:

obter e manter seu poder sobre a sociedade pelo controle que mantém sobre os meios de produção econômicos e sobre os instrumentos de repressão, mas, principalmente, por sua capacidade de produzir e organizar o consenso e a direção política, intelectual e moral dessa sociedade. A hegemonia é, ao mesmo tempo, direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social. (ACANDA, 2006, p. 178).

Ao se falar sobre um país capitalista como os EUA, convém remeter a essa nova luta por hegemonia, que se ancora na busca pelo consenso. É por isto é que se ressalta a aproximação dos EUA com a América Latina e aqui, especialmente com o Brasil. Inicialmente, destaca-se que as relações entre ambos os países se estreitaram ainda no século XIX, quando o Brasil exercitava desenvolver sua Economia com exportações agrícolas, buscando “[...] o apoio necessário para a manutenção das novas instituições políticas, indo ao encontro dos interesses norte-americanos de alargamento de seus mercados consumidores e fornecedores.” (PEREIRA, 2009, p. 69). Posteriormente, estabeleceram-se relações comerciais entre os dois países, nem sempre amistosas, como no caso da Guerra do Paraguai, ocasião na qual os EUA se posicionaram a favor dos paraguaios.

Porém, como as relações culturais carregam as ideologias à hegemonia, Tota (2000, p. 28-29), entende que tais relações se estreitaram na 2ª Guerra Mundial, embora o ponto de partida da Política da Boa Vizinhança,³³ tenha ocorrido décadas antes, na gestão do republicano Herbert Hoover, que em viagem à América Latina, buscou empreender novos aspectos à política externa daquele país. O presidente americano, segundo o autor, não foi bem recebido em todos os países pelos quais passou, mas o Brasil, no dia 21 de dezembro de 1928, no Rio de Janeiro, o saudou de forma calorosa – estava posto o sentimento de americanismo à população brasileira, naquilo que o autor denominou de *imperialismo sedutor*, assim descrito:

Durante muito tempo o americanismo havia forjado uma imagem desabonadora da América Latina. Valorizava-se o homem branco, protestante, sempre mencionado como condutor do progresso, na luta contra a vida selvagem e criava-se uma imagem oposta para os *Latino-americanos*. Segundo essa concepção, acima do rio Grande, estava a América dos índios, dos negros, das mulheres e das crianças. **Uma América que, via de regra, precisava aprender as lições do progresso e do capitalismo, para abandonar essa posição ‘inferior’.** Uma América que, em última instância, precisava ser **domesticada**. (TOTA, 2000, p. 30, grifos nossos).

³³ Trata-se de uma política desenvolvida durante o governo Roosevelt. Sob a ameaça da conquista dos trópicos pelos nazistas, tentou-se atrair a simpatia pelo estilo de vida norte-americano, estratégia mais segura e eficaz do que a ameaça aberta de intervenção bélica. (TOTA, 2000).

Verifica-se no excerto que o americanismo forjou o pensamento de que a América do Norte seria o “bom exemplo,” o modelo a ser seguido pela América Latina. O termo “domesticada” retrata bem a maneira como os estadunidenses viam o povo latino, ou seja, como povos que precisavam moldar-se à conjuntura de civilidade que assim o exigia o “novo” contexto político-econômico – o capitalismo. Tota (2000) afirma que foi nesse viés que os americanos desenvolveram no Brasil, então, a já mencionada Política da Boa Vizinhança, na qual buscaram exaltar nosso País, com a valorização da música brasileira, a criação de personagens da Disney como *Zé Carioca*, por exemplo, dentre outras “criatividades,” impulsionadas pelos meios de comunicação.

O autor ressalta que especialmente durante a ditadura militar, um período da História mais associado aos modelos totalitários europeus, nasceu e se disseminou a influência estadunidense em terras tupiniquins. Essa influência dos EUA no contexto brasileiro é importante de ser observada, porque revestiu o discurso dos simpatizantes dos acordos empreendidos entre os dois países em um período tão conturbado, bem como reforça que a luta pelo consenso estava em andamento. Uma luta para convencer que os Estados Unidos eram o modelo a ser seguido, e ainda os aliados que o Brasil necessitava para seu desenvolvimento socioeconômico, político e cultural.

Vale destacar que o interesse pelos rumos que o Brasil seguiria muito interessava aos EUA, pois como potência capitalista, temiam a aproximação dos países da América Latina com o regime comunista que se avizinhava, desempenhando papel relevante na composição das estratégias que desembocaram no Golpe militar de 1964. Moniz Bandeira (2014) apresenta provas contundentes de que o governo americano, por meio da *Central Intelligence Agency* (CIA)⁴, teria agido diretamente para a deflagração da ditadura dos militares, no texto intitulado *A CIA e a técnica do Golpe de Estado*. O autor ressalta que o Golpe se tornou uma estratégia de transformação política do Estado e, no período da Guerra Fria, uma potente arma de intervenção política nas relações exteriores.

Para Moniz Bandeira (2014, p. 12), a criação da CIA, em 1947, despontava como prova de que os norte-americanos não pretendiam dedicar-se “apenas à coleta de dados, mas a vários tipos de operações de guerra psicológica e paramilitar [...], que jamais deveriam ser atribuídas [à CIA] ou ao governo dos Estados Unidos, e sim, a outras pessoas ou organizações.” Havia o interesse estadunidense em intervir nos países com os quais mantinha relações diplomáticas, contudo, sem deixar transparecer a influência que viria a exercer sobre eles, posição que se deve ao fato de que a descoberta da influência e patrocínio dos EUA em Golpes de Estado, levaria a indesejáveis conflitos diplomáticos, portanto “a regra mais importante na sua execução é a possibilidade de *plausible denial* [acordo plausível],” em cuja contrapartida os EUA negariam totalmente qualquer participação em articulações golpistas.

⁴ A Agência Central de Inteligência (CIA) é uma Instituição que visa coletar, avaliar e distribuir informações para uso da administração norte-americana na tomada de decisões sobre segurança nacional. Disponível em: <https://www.cia.gov>.

O Golpe militar de 1964 teve suas bases preparadas, segundo Moniz Bandeira (2014, p.13), pela intensa participação da CIA, uma vez que introduziu uma série de operações políticas, sob a técnica de “induzir a radicalização das lutas de classes, mediante a guerra psicológica de atos de provocação, de modo a socavar a base de sustentação social do governo [...]. A consequência era a sua desestabilização.”

O interesse dos EUA quanto ao destino dos governos latino-americanos, dentre eles o Brasil, evidenciava a preocupação que tinham quanto ao desenvolvimento de regimes democráticos próprios, bem como do crescente sentimento nacionalista que resultaria disso, afastando assim a influência dos americanos nas relações diplomáticas, devido ao sentimento de anti-americanismo que poderia aflorar, a exemplo do que ocorrera em Cuba.

No que diz respeito ao Brasil, a postura dos Estados Unidos tinha como intento principal “enfraquecer e derrubar o governo do presidente João Goulart [...], sobretudo com o objetivo de modificar a política externa do Brasil, que defendia os princípios de autodeterminação dos povos e se opunha à intervenção armada em Cuba.” (MONIZ BANDEIRA, 2014, p.14-15). Pontua-se que o período do governo de João Goulart tem sido identificado por muitos estudiosos, como o mais democrático da República brasileira, antes do Golpe de 64.

Para Delgado (2009, p.125) Jango “orientou, com indiscutível coerência, sua prática política por uma opção de consolidação renovada da herança varguista e pela adoção e apoio a iniciativas destinadas à ampliação da cidadania social e à defesa dos interesses econômicos nacionais.” Por conta disto, a referida autora o considera um dos principais líderes trabalhistas do Brasil.

Nesse ínterim, o governo de João Goulart era visto como pernicioso à Segurança Nacional, pois ao defender a soberania e a autodeterminação de Cuba, constituía uma “ameaça comunista,” que “obstaculizava os objetivos de Kennedy.” Sobre tal questão, Moniz Bandeira (2014, p.16) menciona que o presidente americano, ao reunir o Conselho de Segurança Nacional para analisar a situação do Brasil, tanto no que consistia ao seu posicionamento político, como aos pagamentos devidos, teria então, suspenso todos os financiamentos ao Governo Goulart, “nada fazendo[...] para aliviar as dificuldades de suas contas externas, e só destinando recursos aos Estados, depois denominados ‘ilhas de sanidade administrativa,’ cujo governadores eram militantes anticomunistas.” Tomado, portanto, o governo brasileiro como ameaça comunista, os EUA procederam à infiltração de agentes, como se fossem civis, com o objetivo de elaborar ações de contingenciamento e intervir militarmente no Brasil, “diante da eventualidade de que João Goulart, como consequência da pressão econômica dos Estados Unidos, reagisse e envergasse para a esquerda, não propriamente comunista e sim sob a forma do autoritarismo ultranacionalista,” conclui o autor.

Por questão de conveniência, de mascarar os fatos, na História oficial de ambos os países, não consta essa ação norte-americana. Entretanto, o que se viu após o Golpe foi um

estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos, sendo este último um dos grandes financiadores das políticas implementadas na ditadura militar, conforme se verifica a seguir:

A mudança do regime brasileiro, em abril de 1964, transformou o país no principal beneficiário da Aliança [para o Progresso] entre todo o hemisfério, recebendo a maior porção do compromisso financeiro desembolsado por Washington até o final da década. Isto quando, não de forma surpreendente, o Brasil tornara-se o mais flagrante caso em que os EUA empregaram sua ajuda externa para fomentar a economia de um país cujo sistema político estava em pleno contraste com o modelo democrático ideal descrito na Carta de Punta Del Este. (RIBEIRO, 2006, p. 166).

Observa-se, com isso, a contradição existente no grande investimento de um país que se apresentava como modelo de democracia – os EUA, em um país tomado por Golpe antidemocrático – o Brasil. Não obstante, esse seria apenas um passo para o que viria a seguir, ou seja, os diversos acordos entre os dois países, nos quais é possível conjecturar o interesse hegemônico estadunidense. Dentre tais alianças, este artigo traz os Acordos MEC/USAID, no contexto da Educação Superior.

3 Os Acordos MEC/USAID e as reformas na Educação Superior (1965-1968): construção de discursos hegemônicos de modernização

No percurso feito até aqui, é possível vislumbrar que a relação entre Brasil e EUA vem se estabelecendo sob diversos aspectos, desde antes da época em que se circunscreve o presente artigo; daí a necessidade de se levantar as discussões propostas anteriormente. Assim, a seção ora em apreço traz à baila o objeto de estudo suscitado, destacando então, os Acordos MEC/USAID e sua importância na manutenção da hegemonia estadunidense sobre o Brasil, especificamente no campo educacional.

Apesar de o estudo proposto ter foco na reforma da Educação Superior, a presença norte-americana já se vinha estabelecendo nos demais níveis de ensino, com o Programa *Aliança para o Progresso*, o qual se constituiu em um amplo programa cooperativo, que pretendia acelerar o desenvolvimento de países da América Latina, dentre eles o Brasil. Mas o contexto político latino-americano de outrora, em especial o que resultou na revolução cubana, pode ser apontado como causa para mudanças na política externa estadunidense. Sob tal perspectiva, Ribeiro (2006, p.157) entende que a *Aliança para o Progresso*, tratou-se de:

um esforço para tratar as causas do descontentamento latino-americano, impulsionado pelas forças do nacionalismo e pelo que era conhecido como ‘revolução das aspirações crescentes.’ Reconhecia-se que havia um desejo geral de mudança econômica e social nas sociedades locais, que, caso não fosse atendida, poderia aumentar o perigo da difusão do comunismo no continente, como mostrava o exemplo cubano.

Percebe-se que havia o interesse em manter os demais países da América Latina sob a alcinha do modelo de produção capitalista americano. No entendimento de Rosas (1992, p.28) “sob o pretexto de promover um esforço comum com a finalidade de acelerar o desenvolvimento econômico e o progresso social na América Latina, a *Aliança para o*

Progresso se antecipava à possível sedução socialista [...]”. Corroborando com tal afirmação, Tota (2000, p.47) acrescenta que:

A miséria resultante do atraso econômico dos países latino-americanos poderia propiciar revoluções lideradas por nacionalistas, socialistas ou simpatizantes do nazi-fascismo, movimentos que punham em xeque os interesses dos Estados Unidos. [...] Formou-se, [então] a Comissão Interamericana de Desenvolvimento, com o objetivo de promover as potencialidades econômicas das ‘outras Repúblicas americanas.’ Aos olhos dos estrategos norte-americanos, a fraqueza – não só econômica e social, mas também militar – dos países da América Latina era uma ameaça direta aos Estados Unidos.

Como estratégia para barrar o antiamericanismo, Ribeiro (2006, p.158) alerta que o Programa *Aliança para o Progresso*, detalhado na Carta de *Punta del Este* (1961), propunha que a chancela dos EUA estaria “acompanhada de uma tentativa voluntária dos países signatários, no sentido de formular planos de desenvolvimento nacionais, implementar projetos conforme estes planos e adequar os seus esforços de desenvolvimento à estrutura geral delineada pela ajuda americana.” Emerge, então, a *United States Agency for International Development – USAID* [Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional], órgão responsável pela operacionalização do Programa.

Corroborar-se com Pina (2008, p.1) ao afirmar que a *USAID* agiu, “não somente no Brasil, mas em todos os países periféricos, [...] para garantir a vigência do sistema capitalista [...] e transferir para estes as concepções e a organização social, política e econômica que prevalecia nos Estados Unidos.” Assim, o interesse pelo Brasil estava baseado em uma crença dos americanos: a concepção de seu país era “[...] detentor de um poder potencial de controlar ou influenciar os caminhos do continente, em detrimento ou em benefício dos seus interesses.” (PEREIRA, 2009, p.158). Porém, a aliança pretendida não se concretizou tal como o governo norte-americano havia planejado, à medida que:

O lançamento do programa coincidiu com a assunção do governo Jânio Quadros, que trouxe uma nova abordagem para a política externa brasileira. Um novo paradigma se impôs, por várias razões, e perdurou mesmo durante o atribulado governo de seu sucessor João Goulart. Mas não foi somente a política oficial que trouxe tensões às relações Brasil-Estados Unidos. A própria guinada para uma política independente tinha causas mais profundas de ordem política e econômica.

Registra-se que a ajuda americana esbarrou no novo delineamento político-econômico do Brasil, interpondo-se no embate entre os “desenvolvimentistas cosmopolitas” e os “nacional desenvolvimentistas,” cujo único consenso era quanto à necessidade de industrializar o País. A divergência consistia nos meios para tal, envolvendo investimentos externos, com Cosmopolitas (a favor) e Desenvolvimentistas (contra). Segundo Ribeiro (2006, p.159) “no período que vai de 1961-64, estabeleceu-se uma crise na recepção do ideário do desenvolvimentismo,” sob a qual é possível verificar a polarização de anseios para os rumos que o Brasil deveria seguir.

No que concerne às estratégias do Programa na área educacional- vista à época sob a ótica da teoria do Capital Humano – estavam alicerçadas no conceito de educação voltado ao

desenvolvimento nacional, que figurava como estratégia progressista. Bordinon (2011, p. 7) relembra que:

Se a teoria do capital humano, então em desenvolvimento, baseava-se na ideia de que investimento em educação poderia significar elevação de rendas futuras, fica claro que, ao adotar postura semelhante, os signatários do documento buscavam o desenvolvimento econômico de suas sociedades com o propósito de que se inserissem no sistema capitalista globalizado, porém com o pretexto de que educar os povos latino-americanos os levaria a uma situação de dignidade e pleno bem-estar social.

Nesse viés, o Programa *Aliança para o Progresso* configurou-se no Brasil como uma primeira forma legal (ainda que em contexto conflituoso) de influência sobre os rumos da educação no país. Neste período, Bordinon (2011, p. 8) entende que os financiamentos tornaram possível, por exemplo, “a construção de dezenas de novas escolas técnicas, ampliaram significativamente as matrículas na educação básica e no ensino superior e incrementaram a educação na área agrícola.” Com isso, o interesse na educação brasileira tem vinculação com a busca pelo consenso, sendo que já se desenhava a fórmula gramsciana de coerção + consenso, sendo mister ressaltar que o Programa abriu caminho para o que viria depois do Golpe militar: os reflexos dos Acordos MEC/USAID no contexto da Universidade, com a reforma da Educação Superior, em 1968.

Para tal a análise, recorre-se à obra de Rosas (1992, p.17-20), cujo título traz a instigante pergunta: *Reforma, para quê?* Na concepção do autor, só é reformado aquilo que não está bom ou quando “se percebe o risco de desvio da rota, [ou seja], muda-se para mudar e para evitar que a mudança ocorra.” Ainda que de tempos pretéritos, os questionamentos levantados são pertinentes, pois mudanças profundas no plano social e econômico se desenharam no Pós-golpe de 1964 e considerando que a educação não é neutra, ela se constituiu em uma importante estratégia. O autor continua: “Reforma, para quê? Para se chegar a uma universidade autônoma, livre, criativa? Que viva uma experiência interna democrática e cujo acesso represente obstáculo transponível, sem privilégios de classe?” Conjectura-se, então, a necessidade de refletir sobre o fato de que, antes de qualquer Reforma, deve-se considerar o tipo de universidade que se busca constituir, bem como sob qual ideologia ela se desenhará. Na sequência, conclama que: “tenhamos a coragem de abandonar as reformulações bem-comportadas e cheguemos a mudanças profundas, sem deixarem de ser consequentes. Mudanças não para manter o *status quo*. Mudança para mudar,” conclui o estudioso.

No contexto das reformas empreendidas no governo militar, uma ideologia de modernização estava sendo difundida. Sobre o papel do discurso de modernização que o modelo americano buscava inculcar nas mentes dos brasileiros, Cunha (2007, p. 287) afirma que “[...] pretendia-se colocar a universidade a serviço da produção prioritária de uma nova força de trabalho requisitada pelo Capital monopolista organizado nas formas estatal e privada ‘multinacional.’” Isso porque, segundo o estudioso, apoiando-se em Gramsci, a Universidade vista como aparelho de hegemonia, era palco de lutas hegemônicas pela formação dos intelectuais orgânicos dentro de seu próprio espaço.

Nos termos de Gramsci (2001, p. 21) os intelectuais orgânicos “longe de serem um grupo autônomo e independente, seriam na verdade os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político.” Por conta disto, o filósofo sardo afirma que:

1) Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. 2) Todo grupo social ‘essencial’, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou — pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias — categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. (GRAMSCI, 2001, p. 15-16).

Assim é que “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, [...] mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários.’” (GRAMSCI, 2001, p. 20). Nestes termos, compreende-se o motivo de tanto “investimento” na dita modernização do Ensino Superior: a luta pelo consenso na formação dos intelectuais orgânicos, cuja conquista é determinante nas relações de poder:

[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais [...] Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. (GRAMSCI, 2001, p. 18).

Disto decorre a relação com as discussões da Reforma Universitária em um contexto de hegemonia, visto que ao lançar o olhar à Educação Superior compreende-se que o Estado se apoia no intelectual orgânico que se forma na Academia. Germano (2008, p. 323), considera também que somado ao discurso de modernização e desenvolvimento, estava o reformista democratizante, contraposto a outro com base na doutrina de segurança nacional, na disciplina e na ordem.

Nesse ângulo, Cunha (2007, p. 15) alerta que “o binômio modernização-imperialismo é a chave para o entendimento do processo” de reforma universitária empreendido nos anos de 1960, que pode ser definido “no contexto de reforço da subordinação política e econômica do país, [como] responsável pela edificação da universidade no Brasil, conforme o modelo mais avançado do mundo capitalista norte-americano.” Daí o interesse dos EUA em orientar as Reformas educacionais, em nome de uma suposta modernização.

Sobre o binômio modernização-imperialismo proposto por Cunha (2007, p. 23), ele próprio ressalta que os anos de 1940 são o marco inicial do processo de modernização do ensino superior, “quando os serviços de um consultor norte-americano foram solicitados pelo

Ministério da Aeronáutica [do Brasil] para ajudar a traçar planos de criação de um Instituto Tecnológico.” Tal episódio, para Germano (2008, p. 320), demarca que “o processo de democratização, então em curso na sociedade brasileira desde os anos de 1940, foi bruscamente interrompido.” Afinal, Cunha (2007) advoga que o Golpe militar foi decisivo para manter esse processo, que culminou, em 23 de junho de 1965, com o primeiro Acordo firmado entre o MEC e a *USAID*, voltado especificamente para a Educação Superior.

Antes de adentrar nos Acordos, é preciso destacar que na ditadura estava em voga no Brasil um intenso discurso salvacionista, no qual “o Exército e as Forças Armadas salvaram a democracia, salvaram o Brasil da desordem, da subversão e do comunismo, abrindo, assim, as portas do desenvolvimento e do progresso, à medida que a ordem foi restabelecida.” Tal discurso permeou esta fase obscura do País e envolveu os Atos Institucionais “abertos para apurar a subversão da ordem e a corrupção, nos vários setores da vida social e em todos os pronunciamentos públicos das autoridades.” (GERMANO, 2008, p. 321). O discurso, em um contexto de hegemonia, tal como se discute neste trabalho, é imprescindível para entender a luta pelo consenso e a hegemonia. Não se pode deixar de pontuar que os EUA eram o modelo democrático a ser seguido, e assim, as orientações advindas dos Acordos eram bem vistas.

O recém mencionado Acordo MEC/*USAID* (1965) viria ter suas ações pautadas em um contexto de Universidade, no qual se encontravam problemas como “estruturas obsoletas, bibliotecas insatisfatórias, existência de cursos sem avaliação do mercado de trabalho, currículos pouco flexíveis, baixo rendimento de alunos, tempo parcial de alunos e docentes, ausência de um planejamento global.” (ROSAS, 1992, p. 36). Esses aspectos destacam-se, dentre outras situações apontadas em diagnóstico feito à semelhança do que o grupo de consultores do *Higher Team Education* já havia realizado no ano de 1964, em termos de Educação Superior. Sobre tais ações Cunha (2007, p. 156) pontua que:

O objetivo do *Higher Team Education* era descobrir meios para adequar a assistência ao Ensino Superior à estratégia geral da *USAID* e opinar sobre a conveniência de se organizar um programa especificamente voltado para o Ensino Superior, como já havia para outras áreas. Sobre essa estratégia, o quadro de referência do grupo dizia que a *USAID* encarava o Ensino Superior como elemento da formação de recursos humanos e estes como meio para o aumento da produção industrial e da produção agrícola, [...], não esperava alterar estratégias para incluir mudanças institucionais entre seus objetivos maiores. Em outras palavras, a ‘assistência’ deveria ser dada ao Ensino Superior, [tal como] existia na época. [...].

Depreende-se do discurso oficial, que a *USAID*, já em 1964, demonstrava seu interesse na Educação Superior, ainda que aparentando modéstia se apresentasse como mera “assistente” na melhoria da qualidade das universidades brasileiras, não tomando, portanto, a responsabilidade de reformulação institucional. Ocorre que, com a tomada de poder pelos militares, os consultores se retiraram e “produziram um denso relatório, *Gardner Report*, por causa do nome do mais alto dirigente da *USAID* no Brasil.” (CUNHA, 2007, p.157). Tal documento abria espaço para o que viria caracterizar os Acordos MEC/*USAID* 1965.

A respeito do Acordo de 1965, Rosas (1992, p. 36) destaca que tal convênio tinha como objetivo “a elaboração de uma série de planos para a ampliação e reestruturação do

sistema nacional de ensino universitário, criação de um mecanismo eficiente para elaborar planos e a adoção de um quadro de técnicos em planejamento educacional.” Para alcançar esse objetivo, o autor menciona que o MEC teria que designar educadores brasileiros de alto nível para que, junto com técnicos da *USAID*, pudessem realizar o planejamento educacional de que a Universidade brasileira necessitava. Trata-se da Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES), cujas competências Cunha (2007, p.162) traça importante perfil de cotejar “a realidade diagnosticada” a algo tido como “um sistema ideal de Ensino Superior para o Brasil.” Assim, definia-se “a direção da transformação de acordo com as necessidades do desenvolvimento do país, como também faria sugestões em termos de currículos, métodos didáticos e programas de pesquisa; e de outras questões menos vitais para o Ensino Superior.”

Nota-se que havia uma abrangência muito grande nas ações dos EUA na construção de uma identidade da Universidade brasileira à época. Isto porque os currículos, os materiais didáticos e, especialmente, os programas de pesquisa não se constituem sem uma ideologia de mundo, ou seja, sem levar em consideração a ideologia que se pretende que um país assuma como parâmetro. Na ocasião, houve aqueles que se posicionaram a favor dos Acordos e da interferência dos americanos nas questões da Educação Superior, mas também os que optaram pelo enfrentamento, embora sofrendo a consequente repressão. Como exemplo, Cunha (2007) afirma que, devido à posição proeminente do então Conselho Federal de Educação (CFE), o MEC o colocou como interveniente no convênio com a *USAID*, sem, no entanto, prever qual seria a real participação do Órgão nos planos do Acordo.

A hegemonia estadunidense estava, por estas estratégias, interposta no plano da Educação Superior, inclusive contando com o reforço da I Conferência Nacional de Educação (CNE), de março a abril de 1965, a qual apontava em seu texto final, a importância de adotar modelos e técnicas advindos de outros povos, como ponto de referência à reforma a ser empreendida. Assim, mesmo com os movimentos de resistência, o convênio MEC/*USAID* relacionado à constituição da EPES, “apesar de ser um instrumento da maior importância política, foi assinado pelo presidente do [CFE] *ad referendum* do plenário.” (CUNHA, 2007, p. 163), o que demonstra o grande interesse em se incutir o Acordo no contexto das universidades, bem como deter possíveis resistências.

Como menção anterior, a presença norte-americana nos assuntos educacionais, especialmente nos relacionados à universidade brasileira, não foi aceita facilmente. Isso, inclusive, levou ao estabelecimento de uma cláusula no Acordo, que previa a obrigação do governo brasileiro em investir na publicidade em favor dos EUA, o que não foi feito, “talvez para evitar que se voltassem para o MEC as forças que se batiam contra o imperialismo norte-americano.” (CUNHA, 2007, p. 164-165). Assim, o autor indica que nova ideologia foi inaugurada com o segundo Acordo, de maio de 1967, sob os auspícios de uma equipe “constituída no bojo de um movimento estudantil ascendente, que tinha na *USAID* um de seus principais alvos de ataque”. Essa nova equipe teve, então, acrescido um “A” de Assessoria à sua “antiga” nomenclatura, e assim, passaria de EPES para EAPES. Não sem sentido, a “assessoria” trazia a ideia de um objetivo mais modesto, pois enquanto “o convênio de 1965 estipulava o planejamento geral do Ensino Superior, [o de 1967] acenava para uma

colaboração com o planejamento que o MEC já estaria fazendo.” Apesar da tentativa de manter os ânimos sob controle, o que ocorreu, de fato, é que permanecia o objetivo reformador dos Acordos.

É válido mencionar também que em 1965, os estudos de Atcon⁵, realizados em 12 universidades brasileiras (do Pará ao Rio Grande do Sul), coadunaram-se aos objetivos do primeiro Acordo, pois trouxeram um diagnóstico que alicerçou o planejamento das ações concernentes. Sobre tal diagnóstico, Rosas (1992, p.42) enfatiza que, apesar da competência técnica do professor Atcon, os textos elaborados por ele “conduzem a uma estrutura artificial, marcada pelo autoritarismo e tecnocratismo internos” e acrescenta que tais escritos deixam “sempre no ar a suposição de desinteresse ideológico, de centralização nas ideias de modernização da estrutura e organização e de eficiência administrativa,” o que seria ingênuo crer, pois uma reforma da envergadura que se pretendia estabelecer não se despiria de um projeto político muito bem planejado.

A importância dos estudos de Atcon, segundo Rosas (1992), vai muito além de diagnóstico, considerando que fora contratado pela diretoria do Ensino Superior do MEC para propor um modelo educacional para esse segmento. Por todo o percurso histórico de Atcon, pode-se afirmar que ele se transformou, então, na visão especialmente dos estudantes, em um inimigo público da Universidade brasileira. Cunha (2007, p.27), após apresentar um trecho de um capítulo da cartilha impressa pela Comissão de Recepção dos calouros, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas/USP, conclui que se trata da síntese mais interessante sobre como os estudantes viam o diagnóstico de Atcon. Para o autor, o texto demonstrava como os estudantes “tinham clareza das articulações entre os consultores (Atcon e os da USAID) e da direção geral de suas propostas: a modernização do Ensino Superior e a desmobilização do movimento estudantil.” Urgia a necessidade do enfrentamento.

Vários movimentos estudantis se ergueram contra a concepção hegemônica de educação que se vislumbrava nos Acordos, especialmente após o assassinato do estudante paraense Edson Luís de Lima Souto.⁶ Para Amorim e Silva (2016, p.183-184) “foi uma espécie de desencadeador de diversas manifestações de ruas que explodiram nos anos seguintes,” dadas as insatisfações que se acentuavam nos três anos do governo militar. Os estudantes organizaram-se como força de enfrentamento ao regime, e assim, “o movimento [que] era ativo nas reivindicações por reformas que ecoavam antes mesmo do Golpe [e tinha como] sede central da categoria a União Acadêmica Paraense – UAP,” entidade ligada à União Nacional dos Estudantes (UNE), foi uma das primeiras a sofrer intervenção militar, por ser considerada local de subversão.

⁵ Rudolph P. Atcon foi professor da Universidade de Houston/EUA que já estivera no Brasil, assessorando Anísio Teixeira na organização e implantação da CAPES. Os Acordos MEC/USAID foram complementados por seus seguintes trabalhos: *Rumo à reformulação estrutural da Universidade Brasileira* (1966) e *Manual sobre planejamento integral do Campus Universitário* (1970), conforme Rosas (1992, p. 42-43).

⁶ Para a reivindicação de um restaurante espalântico “Cidade da Bioria” e luta dos símbolos de luta, em 23 de junho de 1968, estudantes de 1960, ocasião em que a polícia invadiu o local e assassinou Edson Luís. Tal fato gerou inúmeros protestos por todo o país. (AMORIM; SILVA, 2016, p. 184).

Assim, “o coronel do Exército José Lopes de Oliveira, conhecido como ‘peixe-agulha,’ invadiu com suas tropas a sede. Esse episódio foi marcado pela violência e prisões dos representantes da UAP.” Devido à repercussão do assassinato do estudante paraense, autores nacionais o destacam como emblemático no movimento mencionando que em “Belém, os estudantes depredaram a sede do *United States Information Service (USIS)*, órgão de divulgação cultural,” (CUNHA, 2007, p. 217), demonstrando a grande aversão à presença norte-americana no contexto educacional brasileiro.

A insatisfação quanto aos rumos da Educação Superior no Brasil estava ligada ao fato de que Atcon (1966, p. 24 *apud* PINA, 2011, p.65-66) defendia o planejamento do sistema educacional voltado às necessidades do mercado. Para tanto, a Universidade teria que seguir os seguintes objetivos: educação e treinamento profissional, pesquisa científica e cursos de Especialização, Extensão universitária e Educação Superior geral. A primeira IES que o consultor descreveu foi a Universidade Federal do Pará (UFPA), pontuando que “possui uma administração central, estruturalmente melhor que a do tradicional passado e o catedrático tem sofrido consciente diminuição de importância.” Assim, na UFPA “só é preciso oferecer mais amplos recursos e uma maior liberdade de ação, para que esta universidade possa seguir o seu caminho acertado de renovação e crescimento,” conclui Atcon.

Na prática, os Acordos MEC/USAID não significaram mudanças diretas na política educacional. Contudo, influenciaram, decisivamente, nas formulações e orientações que viriam a conduzir o processo de Reforma da educação brasileira na ditadura militar, com destaque para a *Comissão Meira Mattos* (1967) e o *Grupo de Trabalho da Reforma Universitária* (GTRU), de 1968, os quais foram decisivos na Reforma Universitária (Lei n. 5.540/1968) e na Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei n. 5.692/1971).

Aqui, cabe retomar a pergunta que intitula a obra de Rosas (1992): *Reforma para quê?* Em Germano (2008, p. 324) encontra-se uma resposta plausível de “em primeiro lugar, os militares pretendiam colocar o Brasil em ordem” e, então, para o governo militar era preciso “reformular instituições conforme a sua visão estratégica de progresso, simbolizada pela ideia de Brasil/potência e também para conter insatisfações sociais e políticas contra o regime.” Arremata o autor, que “a reforma do sistema educacional não começou pela sua base, mas pelo seu topo – a Educação Superior.” Neste cenário é que os Estados Unidos puderam fortalecer ainda mais sua hegemonia sobre o Brasil, sendo que os Acordos consistiram em estratégia que deixou a marca dessa hegemonia na organização da Educação Superior.

Considerando Gramsci (2001), verifica-se que na análise dos referidos Acordos quanto à hegemonia estadunidense sobre o Brasil, encontra-se a luta pelo consenso, bem como a Universidade brasileira como palco dessa luta, já que forma intelectuais orgânicos, quer sejam eles hegemônicos ou contra-hegemônicos. Assim sendo, o grande desafio continua sendo “a criação de um ambiente de práticas e de formação política que favoreça mudanças no senso comum que está cada vez mais hegemônico pelas ideologias

conservadoras, [...]” e nos aproximando de “experiências devastadoras que transtornaram o século XX,” tal como a Reforma do ensino superior, influenciada pelos Acordos MEC/USAID.

Conclusão

O presente estudo, no sentido de embasar suas análises, partiu da concepção de que a hegemonia está expressamente ligada à questão de identidade cultural, tal como é concebida por Hall (2006). Por isso, o alvorecer das duas nações (Brasil e EUA) teve impacto na maneira como conduziram suas políticas externas: o Brasil, dependente dos investimentos do capital estrangeiro, e os EUA como a potência exitosa do modelo de produção capitalista. Em seguida, a investigação buscou pontuar que a aproximação entre os dois países se fez também voltada ao aspecto cultural, no qual se desenvolveu no Brasil um profundo sentimento de americanismo, proporcionado pela Política da Boa Vizinhança desenvolvida pelos estadunidenses. Obviamente, deixou-se entrever no artigo, que essa aproximação sempre esteve relacionada à política externa de ambos os países. Por fim, objetivou-se trazer a discussão para o campo educacional, pois pautando-se em Gramsci (2001) e sua concepção de Escola como aparelho ideológico, é mister considerar que os Acordos estudados agem sobre a manutenção da hegemonia americana no Brasil.

No que concerne aos Acordos MEC/USAID, o discurso de modernização sobre o qual se pautava a Reforma Universitária delineada sob a orientação dos consultores americanos, como uma saída para a resolução dos problemas que enfrentava a Universidade deixou claro que se tratava de seguir um modelo tomado como exitoso, de uma potência capitalista, os EUA. (PINA, 2008, 2011).

Dessa forma, os discursos de modernização teriam funcionado como meio para a formação dos intelectuais orgânicos que viessem a contribuir para a manutenção do modelo hegemônico capitalista, que tinha como principal expoente os Estados Unidos. Para esses, conforme se observou nas análises desenvolvidas anteriormente, interessava ter um grande país como o Brasil sob seus “cuidados,” sob seu poder material, ideológico e educacional.

O prestigiado autor Cunha (2007, p. 294) é enfático ao apontar que o fracasso do convênio entre o MEC e a USAID. Isso porque “a enorme oposição da opinião pública, que se expressou nas passeatas estudantis e no Conselho federal de Educação, fez com que a contrapartida brasileira da EAPES não tivesse membros à altura dos objetivos, inviabilizando os propósitos do governo.”

Contudo, há que se considerar, diante do exposto pelo autor, que embora tenha fracassado, a USAID levou a profundas mudanças estruturais nas universidades, tais como a divisão em Departamentos, a instituição dos regimes de Dedicção Exclusiva e o modelo de acesso à Educação Superior que vigorou até bem pouco tempo: o então Vestibular; dentre outras.

Portanto, após as análises do contexto que envolveu o objeto de estudo dessa investigação, qual seja os dos acordos MEC/USAID (1964 a 1968), importantes reflexões se corporificaram sobre como a hegemonia, tão discutida por Gramsci, materializou-se num período turbulento do Brasil – a ditadura militar. Todavia, conforme visto nesse artigo, ela não “surgiu,” ao contrário, essa hegemonia veio se processando no decorrer dos tempos históricos de Brasil e EUA, pautada não somente na dependência financeira, mas sobretudo na ideologia.

É válido considerar a contemporaneidade das discussões propostas em meio a um período obscuro em que vive o País, após a eleição do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, governo no qual se verifica uma verdadeira “caça às bruxas” no que diz respeito à universidade pública. Buscou-se implantar uma ideologia de ineficiência e desmoralização para com a Ciência produzida nas universidades federais brasileiras, o que remonta ao período antidemocrático militar que expunha a necessidade de reforma universitária, sob discursos muito semelhantes.

Acerca do momento político conturbado, há que se arrematar o debate com Leher (2019, p. 13), o qual questiona: “o que levou o Governo Federal a privilegiar como arena de conflito a educação, a Ciência e a cultura?” Tal pergunta poderia, inclusive, ser remodelada da seguinte forma: “o que sempre levou governos autoritários (ainda travestidos de democráticos) a privilegiar como arena de conflito a educação, a ciência e a cultura? Em Gramsci, encontra-se resposta plausível: para manter a hegemonia do Capital, em uma guerra de posição, na qual a luta pelo consenso e por formar seus intelectuais orgânicos são as armas “bélicas” da modernidade.

Cabe então, às massas trabalhadoras a contraposição em um movimento contra-hegemônico em defesa da Universidade pública, do desenvolvimento pleno da Ciência e do acesso à cultura, direitos inalienáveis da população brasileira, sistematicamente ameaçados, governo após governo. Urge esse movimento contra-hegemônico, para depurar o sistema e seus tentáculos, que insistem em nos agrilhoar.

Referências

ACANDA, Jorge Luís. **Sociedade civil e hegemonia**. Tradução de Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2006.

AMORIM, Célia Regina; SILVA, Lanna Paula. Ditadura Militar (1964-1985): o movimento estudantil e a comunicação alternativa na Amazônia paraense. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. 5, p. 177-199, set./dez. 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2954>.

BORDIGNON, Talita Francieli. *A Aliança para o Progresso e a educação como pretexto para a consolidação do capitalismo*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 21., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, ANPUH-SP. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300881299_ARQUIVO_AAliancaparaoprogresoeaeducacaocomopretextoparaaconsolidacaodocapitalismo.pdf.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**: História e imagem. Tradução Vera Maria X. dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004. p. 153-174.

COSTA, Priscila Borba. O Destino Manifesto do povo estadunidense: uma análise dos elementos delineadores do sentimento religioso voltado à expansão territorial. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2011. p. 2267-2276.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda**: o Golpe de 1964 e a modernização do Ensino Superior. 2. ed. São Paulo: UNESP: 2007.

DELGADO, Lucília. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro: UFF, v.14, n. 28, p.125-145, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/cHVC9tPDyBD3DwK86Ykb49L/?lang=pt&format=pdf>

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: UnB, 2001.

GERMANO, José Willington. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 313-332, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/vSbZ9BjFkgpKFtk648jTRB/?lang=pt&format=pdf>

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOONAERT, Eduardo. A Amazônia e a cobiça dos Europeus. In: (Coord). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 46-92.

KARNAL, Leandro *et al.* **A história dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

KARNAL, Leandro. **Estados Unidos**: a formação da Nação. São Paulo: Contexto, 2017.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a Universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Autoritarismo-contra-a-Universidade-Expressao-Popular.pdf>

MARTINS, Marcos Francisco. Conhecimento e disputa pela hegemonia: reflexões em torno do valor ético-político e pedagógico do senso comum e da filosofia em Gramsci. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). **Marxismo e Educação**: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A CIA e a técnica do Golpe de Estado. In: VALLE, Maria Ribeiro (org.). **1964 – 2014**: Golpe militar, História, Memória e Direitos Humanos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 11-26.

PEREIRA, Gabriel Terra. **A diplomacia da americanização em Salvador Mendonça**. São Paulo: UNESP, 2009.

PINA, Fabiana. O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: poder, violência e exclusão, 19., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

PINA, Fabiana. **O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968)**. 2011. 187 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93369>

REZENDE, Tadeu V. de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: definição das fronteiras**. 2006. 356f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Ricardo Allagio. A teoria da modernização, a Aliança para o Progresso e as relações Brasil/Estados Unidos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 30, p.151-175, 2006. *Dossiê* Cidadania cosmopolita, Democracia e Sociedade Civil global.

ROSAS, Paulo. **Para compreender a educação brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SOUZA, Herbert Glauco de. **Contrahegemonia: um conceito de Gramsci?** 2013. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

TOTA, Antônio Pedro de. **O imperialismo sedutor: americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.